

RESENHA SOBRE O LIVRO “ALTERNATIVAS PARA UMA CRISE DE MÚLTIPLAS DIMENSÕES”, DE ANDRADE E ALBUQUERQUE (ED.)

Luís Eduardo Afonso
Professor Associado – USP
lafonso@usp.br

Quando esta resenha for publicada, o governo de Jair Bolsonaro já terá se iniciado. Sua vitória no segundo turno das eleições de 2018 representou um marco. Desde a eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994, somente candidatos(as) de dois partidos, PT e PSDB haviam conseguido vencer a disputa para a presidência do Brasil. Este quadro sofreu uma primeira ruptura em agosto de 2016, quando a presidente Dilma Rousseff foi afastada pelo Congresso, assumindo em seu lugar, de forma definitiva, o então vice-presidente Michel Temer, do MDB. Uma segunda ruptura veio com a eleição de Bolsonaro. Pela primeira vez desde a redemocratização, o país elegeu um candidato situado claramente à direita do espectro político.

A grave crise política que culminou no processo de impeachment não veio sozinha. Foi acompanhada por graves denúncias de corrupção e atos desonestos envolvendo figuras do alto escalão do governo, de empresas estatais e de alguns partidos políticos. E também veio imbricada a uma crise econômica de tal magnitude, que superou até mesmo a recessão originada da crise de 1929. No triênio 1928-1931, a redução na renda per capita foi de 6,26%. Já no período 2013-2016, verificou-se uma redução da ordem de 8,62%. Da mesma forma, a queda no PIB real verificada em 2015 (4,38%) só é comparável às recessões de 1981 (4,25%) e 1990 (4,35%). Note-se que tal situação, apesar de apresentar elementos conjunturais, tem como origem um quadro estrutural igualmente preocupante. No período 1997-2016, o PIB cresceu a uma média anual de 2,32%, o que representa 1,19% em termos per capita. É muito pouco. São evidências que há algo muito errado com o Brasil.

Este é, de forma muito sumária, o contexto em que o livro “Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões” (Cedeplar-UFMG, 2018), editado por Mônica Viegas Andrade e Eduardo da Motta e Albuquerque começou a tomar forma. Os organizadores e os autores dos 23 capítulos são professores dos Departamentos de Demografia e de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais. Ambos formam o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Conforme descrito na introdução da obra, o processo de elaboração dos textos deu-se em duas etapas. Na primeira, cada docente dos dois departamentos foi convidado a apresentar um seminário sobre sua área de expertise em 2016, com sua interpretação da crise. No ano seguinte foi realizado um segundo conjunto de seminários. Desta vez, cada pesquisador buscou propor alternativas para os elementos da crise. O livro é dividido em sete partes, que agregam temas comuns.

Feita esta apresentação, deve-se mencionar que esta é uma iniciativa digna de elogios. A reunião de propostas concretas por parte de um conjunto grande de especialistas é algo que se espera, e que tem faltado, por parte da academia brasileira. O livro também tem o mérito de lançar luz sobre assuntos que não tem tido tanto destaque na agenda de pesquisa em economia no Brasil.

O conturbado quadro pelo qual o país tem passado levou à exacerbação de opiniões e a um preocupante aumento da polarização. Ainda que este quadro não seja exclusivo do Brasil, a redução no espaço do centro, com consequente aumento dos extremos, à direita e à esquerda

tende a tornar as visões de mundo mais incompatíveis, dificultando a adoção de políticas públicas de forma mais consensual. A construção de diagnósticos baseados em fundamentos sólidos e elementos técnicos é condição necessária, ainda que não suficiente, para que medidas adequadas sejam adotadas, por governos de qualquer matriz ideológica. Um passo correto é a compreensão de que a crise atual é multidimensional. Não há um fator único que a explique. Não há soluções triviais. Não há respostas fáceis. Políticas públicas devem ser feitas de forma integrada e consistente, com a explicitação dos benefícios gerados e dos custos incorridos.

Os três capítulos da primeira parte apresentam os três temas basilares para os demais textos. Este foco representa um posicionamento dos organizadores sobre os problemas principais, a partir dos quais os demais elementos de análise são assentados. A adequação da escolha desta trilogia de temas se dá por motivos distintos. O primeiro capítulo trata das mudanças demográficas. Este é um tema no qual os pesquisadores do Cedeplar construíram sólida reputação, nacional e internacional. Em particular, são analisadas as características da transição demográfica e da janela de oportunidades que está em vias de encerramento. De certa forma, estas oportunidades geradas (em boa parte desperdiçadas) são uma metáfora da incapacidade de o Brasil empreender políticas públicas consistentes de longo prazo. As mudanças demográficas têm elevado grau de previsibilidade, particularmente quando comparadas às mudanças econômicas. Desta forma, deveriam ser um subsídio essencial para o planejamento de ações em diversas áreas como previdência social, saúde e educação.

O segundo capítulo aborda a questão da desigualdade. Este tema ganhou mais destaque na academia brasileira a partir da segunda metade dos anos 1990, após a estabilização originada da implantação do Plano Real e quando o acesso às bases de microdados, em particular a PNAD, se difundiu e os custos de processamento reduziram-se enormemente. Isto permitiu que um conjunto expressivo de pesquisadores focasse sua atenção sobre este tema. Em particular, políticas bem-sucedidas como o Programa Bolsa Família foram alvo de grande número de estudos. Mais recentemente, o tema da desigualdade, em especial pela distribuição do capital, ganhou novo impulso, não só no Brasil, com a publicação de *O capital no século XXI*, por Thomas Piketty.

Na sequência, o capítulo 3 trata das mudanças climáticas. Uma evidência da adequação desta escolha é que em 2018 William Nordhaus recebeu o Prêmio Nobel de Economia, justamente por ter incorporado de maneira pioneira as mudanças climáticas à literatura macroeconômica, em particular no que se refere ao crescimento econômico de longo prazo. Neste capítulo apresenta-se a evolução da agenda de pesquisa na área do clima. A questão da sustentabilidade é relacionada com a questão urbana e com as transições demográfica e epidemiológica. Desta forma, além de servir como fecho para a parte introdutória, este capítulo também enfatiza o caráter multidisciplinar do livro, ao relacionar as mudanças climáticas com os demais textos que aprofundam os temas nos capítulos posteriores.

A Parte 2 apresenta quatro capítulos sobre Macroeconomia e tributação. Além do foco primário nos elementos relevantes para que o país consiga encontrar uma trajetória de crescimento sustentado de longo prazo, há também a preocupação em reduzir a desigualdade de renda por meio de mudanças no sistema tributário. No momento em que a questão do financiamento do governo e a reforma da estrutura tributária ganham destaque na agenda do país, esta é uma contribuição bem-vinda. Ainda nesta parte, procura-se examinar as causas da crise em que o país mergulhou. São previstas, dentre outras medidas, a expansão do investimento público, a flexibilização do regime de metas de inflação e a adoção de políticas industriais em setores estratégicos, bem como a reversão do quadro de precarização do trabalho, após o “Golpe de 2016”, como designado no texto. É um diagnóstico mais próximo das políticas implantadas a partir do primeiro governo Dilma, com resultados pífios. Certamente, esta não é

uma visão consensual dentre os economistas brasileiros, particularmente aqueles mais alinhados à ortodoxia.

Na Parte 3 o enfoque são os temas ligados à área social. No Capítulo 8 é dada ênfase à questão da saúde pública, com algumas propostas ligadas ao aprimoramento do SUS e à análise da pressão que o envelhecimento populacional trará sobre o dispêndio público. O capítulo seguinte, embora trate do capital humano, faz a discussão de forma mais ampla, com a inserção de temas como o empreendedorismo e dos incentivos perversos às atividades empresariais. Destaque-se o argumento apresentado, que a crise foi ainda mais grave do que é usualmente compreendido, em boa parte pelo não aproveitamento do bônus demográfico. Esta parte se encerra dando destaque ao tema da economia popular e solidária.

A Parte 4 é denominada “Controvérsias institucionais”. Os três capítulos desta parte, com enfoque mais econômico, são certamente os mais alinhados a uma visão mais à esquerda (com toda a cautela que esta qualificação requer) de elementos históricos do processo que resultou na crise em estudo. Não é, como poderia parecer inicialmente, uma visão inspirada na Nova Economia Institucional, de Oliver Williamson. Os autores se colocam de forma contrária ao processo que culminou no impeachment de Dilma Rousseff. Particularmente no capítulo 12, o autor entende que o país se encontra em uma encruzilhada histórica. Talvez haja certo risco que este capítulo se torne datado muito rapidamente, tendo em vista que alguns questionamentos apresentados logo no início já terão tido algumas respostas, tão logo o governo Bolsonaro tenha tomado posse e venha a colocar em prática suas ações nas áreas política e econômica.

A Parte 5 “Ampliação da expectativa de vida, mercado de trabalho e previdência social” talvez pudesse ter um título mais adequado, que fizesse mais justiça aos conteúdos de seus três capítulos. No capítulo 14 relaciona-se a previdência social e o mercado de trabalho dos idosos. Embora o texto seja bastante elucidativo, seria interessante que na seção 4 fossem apresentados mais exemplos de reformas previdenciárias já adotadas por outros países. Ajudaria a mostrar que o Brasil não pode adiar sua reforma, nem caminhar em direção distinta daquela já feita por outras nações. O capítulo 15 aborda as mudanças demográficas sob a ótica das desigualdades sociais. Talvez houvesse ganhos para o leitor se mais indicadores sobre desigualdade de renda fossem apresentados. Possivelmente, o capítulo 16 é o mais técnico do livro (até mesmo pela formalização do modelo demográfico-econômico). Isto torna sua leitura um pouco menos óbvia para os não iniciados. Mas ao mesmo tempo há ganho inegável no aprofundamento da argumentação apresentada. Em particular, a explicação dos dividendos demográficos é bastante clara.

A Parte 6 traz dois capítulos sobre o tema das mudanças climáticas. No primeiro, apresentam-se alternativas de mitigar as emissões de gases de efeito estufa, seja por meio da criação um mercado de carbono, seja por meio da tributação. Já no capítulo 18, o foco é o financiamento do desenvolvimento sustentável.

A Parte 7, que trata de Cultura, indústria e inovação, por sua própria natureza, é a menos homogênea do livro, embora apresente a inovação, de forma ampla, como direcionador principal e elemento fundamental para a retomada do crescimento sustentável. Em que pese tal heterogeneidade, é relevante que temas não muito estudados no *mainstream* econômico sejam objeto de análise. No capítulo 19 são apresentados os fundamentos da economia criativa. No capítulo seguinte, é feita uma comparação da complexidade das estruturas produtivas do Brasil e dos EUA. No 21º capítulo, centra-se atenção no sistema nacional de inovação e na relação entre seus dois agentes principais, universidade e indústria. No capítulo 22, analisa-se o papel que a inovação pode vir a ter no processo de reestruturação industrial, visando a retomada do

crescimento. Finalmente, o último capítulo do livro trata dos processos de desenvolvimento, à luz das obras de Schumpeter e Solow. Procuram-se ensinamentos nos processos bem-sucedidos de outros países, bem como a identificação de setores que podem ter papel proeminente no futuro.

Na introdução, os próprios editores reconhecem que mais dimensões poderiam ter sido abordadas. Sua não inclusão reflete as linhas de ensino e pesquisa do Cedeplar. Embora esta escolha seja compreensível, restaram algumas lacunas para uma compreensão mais abrangente desta crise multidimensional, conforme o diagnóstico inicial. Um primeiro ponto que poderia ter sido tratado são as microfinanças, em particular as interessantes experiências de microcrédito, que podem ter papel de destaque na redução das desigualdades, um dos eixos fundamentais do livro. Um segundo ponto é o recente tema das *fintechs* e *insurtechs*, que têm potencial de alterar a configuração dos setores bancário e de seguros. Ambas estão relacionadas com os temas da desigualdade e das inovações tecnológicas. Finalmente, um terceiro ponto refere-se à abordagem de temas de cunho microeconômico, como a regulação e a promoção de competitividade.

Em que pese esta breve ressalva, conforme apontado previamente, há que se reconhecer os inegáveis méritos do livro, cujo download pode ser feito gratuitamente no site do Cedeplar. Um esforço institucional de longo prazo de dois departamentos, mesmo com as inevitáveis diferentes visões de mundo dos autores, não é uma tarefa trivial. Este é um exemplo que a universidade pública pode contribuir bastante para o futuro do país.

Referência

Andrade, Mônica Viegas; Albuquerque, Eduardo da Motta (Ed.). *Alternativas para uma Crise de Múltiplas Dimensões*, Belo Horizonte: CEDEPLAR - UFMG, 2018.